



TEORIA E FILOSOFIA DA CONSERVAÇÃO E RESTAURAÇÃO

PREMISSAS E DESAFIOS DA PRESERVAÇÃO E USO SUSTENTÁVEL DO PATRIMÔNIO CULTURAL EDIFICADO

TOFANI, MÁRCIA CAMPOS MOREIRA (1); TOFANI, FREDERICO DE PAULA (2)

1. Universidade Federal de Minas Gerais - Escola de Arquitetura - Programa de Pós-Graduação em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável
Rua Paraíba, 697 - Bairro Funcionários - Belo Horizonte, MG - Brasil - CEP 30130-140
marciamoreira@ufmg.br
2. Universidade Federal de Minas Gerais - Escola de Arquitetura - Departamento de Projetos
Rua Paraíba, 697 - Bairro Funcionários - Belo Horizonte, MG - Brasil - CEP 30130-140
fptofani@ufmg.br

RESUMO

O presente artigo se fundamenta em nossas pesquisas sobre a conservação do patrimônio cultural edificado e versa sobre premissas e desafios para a constituição de arcabouços teórico-metodológicos de intervenções que visam salvaguardar a integridade e autenticidade desses bens, destiná-los a finalidades que contribuam para o desenvolvimento social e, sobretudo, alcançar a sustentabilidade da relação entre salvaguarda e destinação, ou preservação e uso. Dentre as modalidades de intervenção em bens culturais edificados, a restauração figura como a mais conhecida, seja por sua conceituação e aplicação serem objetos de considerável polêmica e variação desde o século XIX, seja por muitos profissionais e leigos ainda adotarem esse termo como um designativo geral para se referirem a toda e qualquer modalidade de intervenção. Contudo, é notável a crescente tendência de se classificar intervenções em bens culturais edificados a propósito de suas especificidades espaciais e sociais e em conformidade com novas modalidades criadas para tanto. A maioria delas comunga o prefixo latino 're' em suas denominações e isso se deve, em alguns casos, a um elogiável compromisso epistemológico e etimológico com o termo 'restauração' e, em outros casos, a meros modismos. Esse processo, por mais que tenha redundado em algumas modalidades com sérias inconsistências, parece-nos natural e necessário em face das intervenções em bens culturais edificados estarem se multiplicando – tanto quantitativamente quanto em termos de suas motivações, objetos e objetivos –, o que faz premente o amadurecimento de suas conceituações e arcabouços teórico-metodológicos. Nesse ambiente, onde o designativo geral 'restauração' parece não dar conta da diversidade e complexidade de todas as intervenções, verifica-se a redução de sua ampla acepção original a um sentido mais restrito e de modo a dar espaço e visibilidade a modalidades de intervenção mais específicas e, em particular, duas de grande interesse por parte de nossas pesquisas: as denominadas 'reabilitação' e 'requalificação'.

Palavras-chave: patrimônio cultural edificado; conservação; preservação e uso sustentável; restauração, reabilitação e requalificação.

Introdução

Este artigo tem como lastro as nossas pesquisas sobre teorias e práticas contemporâneas de conservação do patrimônio cultural edificado e versa, em específico, sobre as premissas e desafios das intervenções que visam não apenas salvaguardar os atributos de integridade e autenticidade desses bens, mas também destiná-los a finalidades que os permitam contribuir efetivamente para o desenvolvimento social e, em especial, para o desenvolvimento das comunidades diretamente associadas a eles. Essas premissas e desafios são sistematizadas em conformidade com sua natureza e versam sobre a cultura, o espaço enquanto base existencial, a determinação do patrimônio cultural e sua conservação, a interdependência e indissociabilidade entre bens patrimoniais, a conservação enquanto preservação e uso sustentável, as comunidades depositárias, o acesso ao patrimônio, a complexidade da preservação e uso sustentável, a interdisciplinaridade e, finalmente, a alteridade.

Nesse sentido, faz-se necessário explicitar, de antemão, a nossa compreensão sobre quatro conceitos de importância capital na lida com o patrimônio cultural edificado. A saber, os de conservação, de preservação, de manutenção e de restauração. Tal necessidade se coloca em face da inexistência de entendimento consensual sobre eles, não apenas entre leigos e em diferentes tempos, mas também entre estudiosos e instituições de patrimônio, hoje.

Iniciando pelo conceito de conservação, vale lembrar que a maioria dos entendimentos atuais tem origem, direta ou indiretamente, na oposição diametral entre as doutrinas denominadas “intervencionista” e “antiintervencionista” (CHOAY, 2001, p.153), cujos mais notórios representantes foram, respectivamente, o arquiteto francês Eugène-Emmanuel Viollet-le-Duc (1814-1879) e o escritor, artista e crítico de arte inglês John Ruskin (1819-1900). A oposição entre essas doutrinas e autores – e o acalorado embate que protagonizaram na Europa oitocentista – foram responsáveis por determinar as polaridades ou limites entre os quais se constituiriam as teorias e práticas ulteriores de intervenção no patrimônio cultural edificado, bem como por disseminar a ideia, compartilhada por muitos ainda hoje, de que a conservação e a restauração se opõem irreconciliavelmente. No final do século XIX e ao longo da maior parte do século XX, a busca por uma abordagem dialética e reelaboração crítica dessas doutrinas, por estudiosos como o arquiteto e engenheiro italiano Camillo Boito (1836-1914), o historiador da arte austríaco Aloïs Riegl (1858-1905), o arquiteto e engenheiro italiano Gustavo Giovannoni (1873-1947), o historiador da arte tcheco Max Dvořák (1874-1921) e o historiador e crítico de arte italiano

Cesare Brandi (1906-1988), disseminaria a ideia de que a conservação e a restauração, sem perder sua alegada oposição, podem se harmonizar, como um corpo coeso de teorias e práticas, sob denominações como *conservação e restauração* ou *conservação-restauração*. Já no final do século XX e início do século XXI, estudiosos como o espanhol Salvador Muñoz Viñas (1963-) seriam responsáveis, no bojo de suas críticas às *teorias clássicas* e sem se desgarrarem da alegada oposição entre *conservação e restauração*, por defender a ideia de que a *conservação* é parte da *restauração* e, portanto, que esta palavra deve ser grafada com a letra inicial maiúscula, isto é, como 'Restauração' (BOITO, 2008; BRANDI, 2008; CHOAY, 2001; DVOŘÁK, 2008; GIOVANNONI, 2017; RIEGL, 2014; RUSKIN, 2008; TOFANI, F. 2019; TOFANI, M. 2018; MUÑOZ VIÑAS, 2004; VIOLLET-LE-DUC, 2000).

Para além desses entendimentos de conservação – estruturalmente dependentes de entendimentos de restauração –, preconiza-se que a conservação deve ser conceituada *per se*; ou seja, por meio de um esforço epistemológico independente de oposição ou associação a qualquer outro conceito. Nesse sentido, a conservação é entendida como reza sua própria etimologia e consiste *lato sensu* no processo que é realizado por um grupo ou ser humano com vistas a perpetuar algo. Assim sendo, segundo TOFANI, F. (2019),

A conservação^[1], no âmbito do patrimônio cultural, pode ser entendida como o processo, ou conjunto de ações continuadas, realizado com vistas a perpetuar os atributos de integridade e autenticidade de um bem cultural. É um valor de continuidade e implica a permanente manutenção do bem cultural. Conforme as circunstâncias, implica ou não ações de restauração e/ou de preservação que, por sua vez, não se opõem à conservação e não são sinônimos dela (p.532).

A preservação, a manutenção e a restauração, por sua vez, são também conceituadas em conformidade com suas etimologias, sendo que:

A preservação^[2], no âmbito do patrimônio cultural, pode ser entendida como o processo de contribuir para a conservação de um bem cultural por meio da salvaguarda de seus atributos de integridade e autenticidade contra potenciais ameaças e danos futuros (p.535).

¹ Conforme TOFANI, F. (2019), a palavra 'conservação' tem origem no latim *con-servatio* (ato ou efeito de conservar), onde o verbo *servo* significa "salvar, livrar, guardar, proteger, observar, olhar, vigiar, guardar-se, permanecer, habitar, reservar" (Firmino, 1950c., p.530) e a preposição *cum* rege ablativos de companhia, pois responde à pergunta *com quem?* e, sobretudo, rege ablativos de maneira, pois responde à pergunta *como?* (p.528-531).

² Conforme TOFANI, F. (2019), a palavra 'preservação' tem origem no latim *præservatio* (ato ou efeito de *præservo*), onde o verbo *servo* significa "salvar, livrar, guardar, proteger, observar, olhar, vigiar, guardar-se, permanecer, habitar, reservar" (Firmino, 1950c., p.530) e o prefixo *præ* "designa adiantamento (*præpendeo* [ou

A manutenção^[3], no âmbito do patrimônio cultural, pode ser entendida como o processo de contribuir para a conservação de um bem cultural por meio do cuidado concreto e cotidiano de sua matéria e condições de uso e usufruto. A manutenção deve minorar a necessidade de sua restauração (p.538).

A restauração^[4], no âmbito do patrimônio cultural, pode ser entendida como o processo de contribuir para a conservação de um bem por meio do restabelecimento de sua matéria a um estado anterior conhecido. A restauração deve terminar quando começa a hipótese, pois se rejeita intervenções conjecturais. Deve ter caráter excepcional, pois se deve priorizar a manutenção do bem (p.541).

Assim conceituadas, a conservação, a preservação, a manutenção e a restauração se caracterizam e se distinguem, também, por suas *ênfases temporais*. Ou seja, embora sejam processos cuja existência se dá, como a própria vida, no tempo presente, pode-se dizer que a conservação, enquanto um valor de continuidade, consiste em um “processo *atemporal*” (p.532). A preservação, enquanto salvaguarda contra potenciais ameaças e danos futuros, consiste em um “processo com *ênfase no futuro*” (p.535); a manutenção, enquanto cuidado concreto e cotidiano, consiste em um “processo com *ênfase no presente*” (p.538); e a restauração, enquanto restabelecimento de um estado anterior, consiste em um “processo com *ênfase no passado*” (p.541).

Enfim, a conservação, como tal, incluiu todo e qualquer processo realizado com vistas a perpetuar os atributos de integridade e autenticidade de um bem cultural, aí incluídos a preservação, a manutenção, a restauração e, juntamente com esta última, outras categorias de intervenção no patrimônio cultural edificado que têm se constituído na contemporaneidade.

pende para diante]), situação na extremidade (*præcordium* [ou peito]), acção de preceder (*præcedo* [ou anteceder, caminhar adiante]), superioridade (*præpotens* [ou onipotente]), preferência (*præpono* [ou prepôr, preferir]), preeminência duma qualidade, equivalendo ao superlativo” (Firmino, 1950c., p.445), bem como significa “observar antes” (Dicionário Latim-Portuguez Etymologico, Prosodico e Orthographico, s.d, p.630).

³ Conforme TOFANI, F. (2019), a palavra ‘manutenção’ tem origem no latim med. *manu-tentio* (ato ou efeito de *manu-teneo*), onde o verbo *teneo* significa “segurar, agarrar, possuir, adquirir, ganhar, cativar, deleitar, tomar, conservar, ocupar, pegar, prender, reter, suspender, vedar, parar, ficar, manter, observar, compreender, sustentar, lembrar-se, obrigar, ser acusado, consentir em, durar, subsistir” (Firmino, 1950c., p.338) e o substantivo *manus* significa “mão, mão armada, combate, peleja, conflito; (...); autoridade, poder; mão, trabalho, indústria, escrita, letra” (Firmino, 1950c., p.338).

⁴ Conforme TOFANI, F. (2019), a palavra ‘restauração’ tem origem no latim *restauratio* (ato ou efeito de *restauro*), onde o prefixo *re* é “part. inseparável que, junta às palavras, designa: retrocesso, para trás (recedo, rejicio); reciprocidade, resposta, oposição (reboo, reclamo, repugno); renovação (relego); reduplicação (reviso)” (Firmino, 1950c., p.486) e o verbo *stauro*, do proto-indo-europeu **steh₂u-ro-*, **steh₂-*, significa levantar, erguer, estado, status.

Intervenções no patrimônio cultural edificado

Dentre as categorias de intervenção realizadas em bens culturais edificados com vistas à sua conservação, destaca-se a que se tem denominado, com maior ou menor precisão epistemológica, de 'restauração'. Assim como se verifica em relação ao próprio conceito de patrimônio, o conceito de restauração tem sido objeto, a partir do século XIX, de notável variação. Ou talvez seja mais apropriado dizer que as permanências e transformações do conceito de restauração – observáveis, também, nas obras de Viollet-le-Duc, Ruskin, Boito, Riegl, Giovannoni, Dvořák, Brandi e Muñoz Viñas – estão vinculadas às próprias permanências e transformações do conceito de patrimônio.

A propósito, a acepção de restauração como “processo de contribuir para a conservação de um bem por meio do restabelecimento de sua matéria a um estado anterior conhecido”, conforme se conceitua no tópico anterior, reconhece a redução de sua acepção original – abarcando praticamente toda e qualquer intervenção na matéria de um bem cultural edificado – que é causada pela tendência na contemporaneidade de se tratar essas intervenções não mais como *restaurações* em geral, mas como categorias de intervenção específicas. A maioria delas, se não a totalidade, é determinada pelas especificidades de seus objetivos e adotam em suas denominações um termo referente a eles, antecedido do prefixo latino 're', seja por filiação à restauração e compromisso com a conservação, seja por mero modismo. Esse processo de diversificação e especialização, por mais que venha redundando em algumas categorias com sérias inconsistências epistemológicas e etimológicas, parece-nos natural e necessário em face das intervenções no patrimônio cultural edificado estarem se multiplicando rapidamente tanto em termos quantitativos quanto em termos de suas motivações, objetos, objetivos e abordagens. Nesse ambiente onde o designativo geral 'restauração' não dá mais conta da diversidade e complexidade de todas as intervenções, verifica-se a referida redução da ampla acepção original da restauração a um sentido mais restrito e de modo a dar espaço a categorias de intervenção mais específicas e, em particular, duas que têm desenvolvido crescente solidez e, juntamente com a restauração, são objetos fundamentais de nossas pesquisas: as denominadas reabilitação e requalificação (TOFANI, F. 2019; TOFANI, M. 2018).

Conforme se depreende de grande número de estudos de caso, a reabilitação e a requalificação são processos que visam, ao menos em tese, contribuir para a preservação e uso sustentável de bens culturais edificados em situação de subutilização, deterioração ou degradação social, por meio da criteriosa adequação de seus atributos espaciais, materiais

e/ou infraestruturais às finalidades pretendidas, podendo implicar ou não a adição e subtração de espaços, materiais e/ou infraestruturas. No entanto, essas categorias se diferenciam pelo fato de que enquanto a reabilitação consiste em um processo com ênfase na potencialização do uso atual do bem ou no restabelecimento e potencialização de um uso anterior, a requalificação consiste em um processo com ênfase em dotar o bem de um uso ou funcionalidade que ele jamais teve. Ademais, deve-se frisar que a reabilitação e a requalificação, bem como a restauração podem estar presentes, em variadas medidas, em uma mesma intervenção, especialmente em bens culturais edificados de maior complexidade, posto que frequentemente se completam, quando não se sobrepõem parcialmente (TOFANI, F. 2019). Isso pode ser verificado em muitos casos de bens culturais edificados que são objetos desses três processos ou, pelo menos, de processos de restauração e reabilitação, de restauração e requalificação ou, mais raramente, de reabilitação e requalificação (FERNANDES & CANNATÁ, 2009; MOSTAEDI, 2001; RUFINONI & KÜHL, 2013; SOLÁ-MORALES, 2006; TOFANI, F. 2019; TOFANI, M. 2018; UFFELEN, 2011).

Premissas e desafios da preservação e uso sustentável

Uma vez apresentados os conceitos de conservação, preservação, manutenção, restauração, reabilitação e requalificação que adotamos, são sumarizadas, a seguir, as premissas e desafios cuja consideração entendemos ser imprescindível no trato do patrimônio cultural edificado e, em especial, na busca de sua preservação e uso sustentável. Essas premissas e desafios são sistematizados segundo sua natureza e em conformidade com o modelo proposto pela disciplina *Restauração, Reabilitação e Requalificação do Patrimônio Cultural Edificado: Teorias e Práticas Contemporâneas*, ministrada por TOFANI, F. (2019) no Programa de Pós-Graduação em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável da Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais.

Da cultura

Uma das marcas mais notáveis da contemporaneidade é a profunda revisão pela qual passam longevas concepções sobre o que é natureza, sobre as relações que se estabelece com ela, sobre o que as determina e, por extensão, sobre o que é cultura. Essa revolução no plano das ideias e das coisas aparenta ser a de abrangência mais universal e efeito mais

fundamental nos valores humanos desde o lançamento das bases da filosofia moderna por Descartes, é fruto de uma miríade de fatores e está a reestruturar mentalidades e olhares, modos de produção do espaço e reprodução social, e o próprio futuro.

No que tange especificamente à cultura, essa revolução está tem animado a tendência contemporânea de conceituá-la como determina a sua própria etimologia⁵ e é preconizado pelas ciências humanas e, em particular, pela Antropologia. Ou seja, como “um sistema de produção e reprodução do conjunto de valores, sentidos, concepções, saberes, símbolos, linguagens, práticas e obras que estrutura a existência de cada grupo e ser humano e é capaz, inclusive, de instituir o que entendem por *real*” (TOFANI, F. 2019, p.18).

A cultura, assim entendida, é o mais poderoso sistema de significação de uma sociedade, determina seus modos de produção do espaço e reprodução social e pode ser tomada como a representação mais completa de suas relações consigo e com o *outro*, com o que denomina como natureza e com o que entende como suas divindades. A cultura é expressão plena do ser humano e seu fundamento ontológico por excelência.

Contudo, ainda persevera a reducionista noção cartesiana de cultura, não apenas entre leigos e na esfera privada, mas também entre estudiosos e na esfera pública. Essa noção parece ter raízes nos limites conceituais e operacionais experimentados pelo cartesianismo durante grande parte de sua história e consiste em algo constituído *por exclusão* ou *por exceção*, posto que abrange praticamente todas as dimensões da existência humana que durante muito tempo o afã cartesiano por verdades neutras, objetivas, cumulativas e universais não deu conta. Assim sendo, o que se entende como cultura nessa tradição é simplesmente um espaço onde se confina compulsoriamente tudo o que supõe subjetivo, imponderável ou idiossincrático, tal como as artes, as mitologias, as religiões etc., tal como os objetos de ministérios da cultura, secretarias de estado de cultura, secretarias municipais de cultura, diretorias de assuntos culturais etc.

No âmbito do patrimônio, as sensíveis diferenças das concepções cartesiana e antropológica de cultura impactam, sobretudo, a determinação do que é um bem cultural e do escopo patrimonial e, por conseguinte, a valorização e proteção da diversidade cultural. Em outras palavras, enquanto a concepção cartesiana tende, por sua natureza, a acautelar

⁵ Conforme TOFANI, F. (2008), a palavra ‘cultura’ tem origem no verbo latino *colo* (e seus participios *cultus* e *culturus*) que significa “cultivar, habitar, morar, cuidar, preparar, proteger, amar, estimar, cuidar de, exercer, praticar, honrar, respeitar, venerar, adorar” (Firmino, 1950c., p.106) e, portanto, refere-se ao conjunto de atos e efeitos mais essenciais à existência humana.

principalmente produções artísticas excepcionais e monumentos da história oficial, a concepção antropológica tende a contemplar uma maior diversidade de bens culturais produzidos pelos grupos participantes na formação e composição da respectiva sociedade.

Do espaço enquanto base existencial

O espaço como *coisa-em-si*, independente da existência humana, é mera materialidade destituída de sentido e *realidade*, pois o que o ser humano entende como *real* é tudo aquilo que ele “retira do limbo do inexistente, do inominado, e através do *olhar* e pela *palavra* dá ao sensível, ao existencial”⁶ (TOFANI, F. 2005, p.190).

Portanto, o espaço pode ser entendido como base existencial quando suporta valores, sentidos e concepções fundamentais para um grupo ou ser humano e, em especial, quando sua matéria é transformada por ele com vistas a concretizar no mundo sensível, por meio de seus saberes, símbolos e linguagens, os seus valores, sentidos e concepções.

Ao produzir espaço enquanto base existencial, o ser humano constrói um lugar que não apenas o protege dos perigos que o rondam, mas, principalmente, um lugar onde suas verdades estão concretizadas na matéria, onde pode experimentar sua vida como significativa, onde pode ver a origem e trajetória de seus antepassados e um destino para seus descendentes, onde pode verdadeiramente habitar. Ao concretizar e vivenciar valores, sentidos e concepções no espaço, o ser humano nele deposita algo de si, a ele dando vida, nele se refletindo, com ele se identificando, a ele pertencendo. Dessa forma, a pedra e a cal, o barro e a madeira, o aço e o vidro transcendem sua mera materialidade e são capazes de falar daqueles que os tocaram e transformaram.

A produção de um espaço enquanto base existencial é um ato essencialmente criativo – sobretudo quando sua matéria é transformada – e a compreensão desse espaço exige o conhecimento dos valores, sentidos e concepções que ele concretiza e o conhecimento dos saberes, símbolos e linguagens adotados. Portanto, a compreensão de um bem cultural edificado exige, antes de tudo, o conhecimento de seus atributos de integridade e

⁶ Conforme TOFANI, F. (2019), a palavra ‘existencial’ tem origem no latim *ex-sisto*, onde o prefixo *ex* designa “ação de tirar para fora, afastamento, privação, intensidade, elevação” ou “origem e descendência, matéria de que uma coisa é feita, tempo desde quando” (FIRMINO, 1950c., p.195) e o verbo *sisto* significa “suster, parar, manter, salvar, pousar, fixar, pôr, colocar, levantar, construir, erguer, fincar, cravar, fazer vir, fazer comparecer, conter, reprimir, impedir, subsistir” (FIRMINO, 1950c., p.536). ‘Existencial’ pode ser entendido, então, “como algo que é conduzido de dentro para fora, como algo que germina, mas que embora permanecendo fora, continua intrinsecamente vinculado à sua fonte original que é o próprio interior de onde germinou” (TOFANI, 2008, p.9).

autenticidade, de sua unidade potencial. Ou seja, o conjunto de atributos físicos e simbólicos mais essenciais a esse bem, que lhe constitui como espaço existencial dotado de relevante significação cultural. A unidade potencial deve ser sempre identificada, documentada, salvaguardada e, quando for o caso, reestabelecida. A sua adulteração, pela alteração, subtração ou adição de atributos, viola a integridade e autenticidade do bem.

Da determinação do patrimônio cultural e sua conservação

Em toda e qualquer sociedade, a determinação e conservação dos bens que constituem seu patrimônio cultural são processos que compartilham, via de regra, três aspectos notáveis. Primeiro, esses processos são essencialmente axiológicos, a despeito de qualquer esforço para dotá-los de objetividade e por mais que eventualmente se apoiem em ciências de base cartesiana. Segundo, esses processos têm variadas motivações políticas e, não raro, estão à serviço de discursos que buscam justificar ou forjar a coesão social e territorial da respectiva sociedade. Terceiro, eles podem ter grande impacto na produção do espaço e reprodução social e, em especial, sérias repercussões no valor de uso e no valor de troca dos bens e dos contextos socioespaciais onde estão inseridos.

Portanto, os valores, os critérios, os interesses e os impactos dos processos de determinação e conservação do patrimônio cultural devem ser objetos de rigorosa análise, crítica e ponderação e, para tanto, faz-se necessário, sobretudo, modos e instâncias de deliberação efetivamente democráticas que incluam, por óbvio, todos que tenham participação na conservação dos bens e, sobretudo, as comunidades diretamente relacionadas a eles.

Da interdependência e indissociabilidade entre bens patrimoniais

Os bens patrimoniais de uma sociedade geralmente mantêm entre si fortes relações de interdependência ou, até mesmo, de indissociabilidade. Essas relações são patentes sobretudo em comunidades tradicionais e ocorrem tanto entre bens classificados como “culturais” e “naturais” quanto entre bens classificados como “culturais materiais” e “culturais imateriais”.

Essas relações de interdependência ou indissociabilidade exigem, portanto, a integração da conservação do patrimônio cultural e do patrimônio natural e, em específico, da conservação

do patrimônio cultural material e do patrimônio cultural imaterial. No Brasil, tais relações têm sido reconhecidas e valorizadas crescentemente e possuem como expressões os bens tombados como “Paisagens Culturais” (conforme a Portaria Iphan nº. 127/2009, que estabelece a chancela da Paisagem Cultural Brasileira), os bens registrados como “Lugares” (conforme a Decreto Federal nº. 3.551/2000, que institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro) e os bens acautelados como “Reservas Extrativistas” (conforme a Lei Federal nº. 9.985/2000, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza).

Contudo, ainda preponderam no Brasil e em grande parte do exterior os mitos da *natureza intocada* e *matas virgens*, os mitos da *imaterialidade* e *intangibilidade*, as abordagens meramente disciplinares e os *fetiches taxonômicos*, a despeito da evidência dessas relações de interdependência ou indissociabilidade – e com grave prejuízo à compreensão e conservação dos acervos patrimoniais. Isso consiste em um dos maiores desafios à preservação e uso sustentável desses acervos e é notável não apenas em meio à maioria dos leigos, mas também entre muitos estudiosos e instituições de patrimônio e a propósito de suas teorias e práticas (TOFANI, F. 2019).

Da conservação enquanto preservação e uso sustentável

A conservação dos bens que constituem o patrimônio cultural edificado de uma sociedade exige não apenas a salvaguarda de seus atributos de integridade e autenticidade contra fenômenos antrópicos e naturais potencialmente lesivos mas, a um só tempo e de maneira sustentável, a destinação desses bens a finalidades que os permitam contribuir para o desenvolvimento social em geral e, em específico, para o desenvolvimento das comunidades às quais eles estão diretamente associados.

A sustentabilidade da relação entre salvaguarda e destinação de um bem cultural edificado – ou, em termos mais específicos, a preservação e uso sustentável desse bem – consiste na melhor garantia de que ele será sempre entendido como portador de grande relevância e permanentemente conservado pela respectiva sociedade, pois ocupa um lugar de destaque não apenas na sua história e memória, mas também na sua existência no tempo presente e nos seus projetos para o futuro. No entanto, alcançar a sustentabilidade nessa relação dinâmica e delicada consiste em uma tarefa de grande complexidade que demanda a observância tanto da tendência natural da preservação de colocar limitações ao desenvolvimento social quanto da tendência natural do uso de causar danos à integridade e

autenticidade do bem. Ou seja, a preservação e uso sustentável de um bem cultural edificado pressupõe que lhe seja dada uma finalidade compatível com seus atributos físicos e simbólicos de integridade e autenticidade, bem como admite que ele seja objeto de criteriosa adequação a essa finalidade, por meio de alterações espaciais, materiais e/ou infraestruturais que não causem danos a seus atributos de integridade e autenticidade – e à maneira do que fazem as já citadas categorias de intervenção denominadas reabilitação e requalificação.

Das comunidades depositárias do patrimônio cultural edificado

Constituídas principalmente pelos proprietários dos bens culturais edificados, mas também por seus locatários, cessionários e usuários, as comunidades ‘depositárias’⁷ desempenham um papel capital na sua conservação e, em específico, na sua preservação e uso sustentável.

Por um lado, esse papel pode ser altamente positivo, caso a conservação seja compatível com seus modos de produção do espaço e reprodução social e, ainda mais, quando ela é condição imprescindível para a existência dessa comunidade. Por outro lado, esse papel pode ser bastante negativo, pois, caso haja incompatibilidade, a comunidade depositária tende a atuar como agente da destruição desse patrimônio seja abandonando-o seja destruindo-o.

A propósito, outro aspecto que deve ser observado consiste na *expulsão econômica* das comunidades de espaços tradicionais, tais como centros urbanos históricos que passam a ser objeto de interesse do turismo. Isso é acarretado, em geral, por aumentos nos valores de bens, serviços, taxas e impostos praticados em áreas turísticas padecendo de uma base econômica frágil e sem diversificação, aliados à pressão de venda sobre proprietários de imóveis por parte de atores externos mais abastados que eventualmente os substituem. Esse fenômeno tem sido observado em inúmeros espaços e acarretado o desmantelamento cultural dessas comunidades, a extinção de suas manifestações culturais que têm relações de interdependência ou indissociabilidade com esses espaços e, por fim, a *cenarização*

⁷ Conforme determina o Artigo 216º da Constituição Federal de 1988, “o Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação”. Esses instrumentos são pautados no conceito de função social da propriedade, que não suprime o direito a ela, mas que limita sua utilização em função do interesse coletivo, e criam a figura do compartilhamento de responsabilidade pelos bens

desses espaços; ou seja, a adulteração da espacialidade, materialidade, uso e ocupação de bens culturais edificados em nome da produção de ambiências, significações e *memórias* que – a despeito de padecerem de pouca ou nenhuma autenticidade histórica e cultural – são consumidas vorazmente por alguns segmentos turísticos (TOFANI, F. 2004).

Portanto, a preservação e uso sustentável do patrimônio cultural edificado exige sólidos conhecimentos e efetivo comprometimento voltados não apenas aos atributos físicos e simbólicos de integridade e autenticidade dos bens, mas, tanto ou mais, voltados às comunidades depositárias e, em especial, à suas dimensões e demandas socioeconômicas.

Do acesso ao patrimônio cultural edificado

Como bem sabem todos que se dedicam à conservação do patrimônio tanto cultural quanto natural e, em específico, à preservação e uso sustentável de bens culturais edificados, “só conservamos o que nos é significativo, e para ser significativo tem de ser compreendido e, sempre que possível, vivenciado” (TOFANI, F. 2019, p.31). Essa máxima traduz uma condição basilar da conservação – a compreensão e vivência dos bens patrimoniais – e impõe, entre outros efeitos, a necessidade de se proporcionar acesso qualificado a eles pelas respectivas sociedades e por todos aqueles que possam contribuir, direta ou indiretamente, para sua conservação.

De um modo geral, tal acesso se desdobra em duas categorias que detêm, na maioria dos casos, um alto grau de interdependência: as denominadas “*acesso abstrato*” e “*acesso concreto*” (TOFANI, F. 2019, p.30). A primeira categoria consiste em publicações e mídias voltadas a diferentes públicos, oferecidas em diversos formatos e contendo dados e análises que possibilitem a compreensão de todos os atributos do bem ou, pelo menos, de seus principais; a segunda categoria consiste em infraestruturas e serviços que possibilitem a vivência do bem ou, pelo menos, de suas dimensões públicas. O *acesso concreto*, dada a sua natureza, deve primar pela sustentabilidade, limitar-se à capacidade de carga do bem e, se for o caso, ser franqueado apenas à comunidade depositária.

culturais entre o Poder Público e as comunidades. Estas são denominadas depositárias pois *recebem em depósito* esses bens (TOFANI, F. 2008).

Da complexidade da preservação e uso sustentável do patrimônio cultural edificado

Alcançar a sustentabilidade na relação estruturalmente dinâmica e delicada entre a preservação e o uso do patrimônio cultural edificado é, via de regra, uma tarefa bastante complexa devido principalmente à variedade e variabilidade de fatores envolvidos. Dentre eles, destacam-se os valores que são conferidos ao bem, os seus atributos de integridade e autenticidade, as motivações políticas e os interesses econômicos por detrás de sua conservação, as variadas teorias e práticas patrimoniais, as diversas legislações e normas relacionadas, os modos de deliberação e, é claro, as dimensões funcionais, tecnológicas e simbólicas próprias a qualquer espaço edificado.

Ademais, essas tarefas ganham contornos ainda mais intrincados quando os bens se encontram em contextos com grandes desigualdades econômicas, sociais e políticas; quando estão sujeitos a estatutos legais e normativos inadequados ao trato do patrimônio cultural edificado; e quando são objetos de abordagens meramente disciplinares, a despeito da natureza interdisciplinar do patrimônio cultural e em prejuízo tanto do desenvolvimento de atitudes e arcabouços teórico-metodológicos interdisciplinares quanto da própria conservação do patrimônio cultural edificado (TOFANI, F. 2019, TOFANI, M. 2018).

Como é próprio à ideia de sustentabilidade, a preservação e uso sustentável do patrimônio cultural edificado consiste em um processo permanente e que depende, por óbvio, de valores democráticos e de sustentabilidade social, econômica e ambiental. Portanto, esse processo exige visão em longo prazo e, em especial, arcabouços teórico-metodológicos que sejam capazes de pautar efetivamente as complexas atividades de planejamento e gestão da conservação, de produção e implantação de planos de preservação e uso sustentável e de elaboração e execução de projetos de restauração, reabilitação e requalificação.

Da interdisciplinaridade da preservação e uso sustentável do patrimônio cultural edificado

A conservação do patrimônio cultural em geral e a preservação e uso sustentável de bens culturais edificados em específico exigem, a um só tempo, conhecimentos, competências e habilidades de conservação disciplinares e, sobretudo, atitudes, arcabouços teórico-metodológicos e processos de conservação interdisciplinares. No entanto, como pondera TOFANI, F. (2019), “a interdisciplinaridade não consiste em uma mera soma de esforços

disciplinares e tal soma não resulta, por si só, na conservação do patrimônio cultural”, como muitos pensam. “A interdisciplinaridade exige que as disciplinas envolvidas compartilhem uma base teórico-metodológica que possibilite a integração dos conhecimentos, competências e habilidades disciplinares”. No caso da preservação e uso sustentável de bens culturais edificados, “essa base consiste no conjunto de teorias e métodos da conservação em geral e, em específico, de restauração, reabilitação e requalificação” (p.210).

Ademais, é indispensável em trabalhos de conservação e, em particular, em restaurações, reabilitações e requalificações a produção de documentação de qualidade sobre todo o processo e o conhecimento produzido e reproduzido disciplinarmente e interdisciplinarmente. Essa documentação geralmente consiste em um amplo relatório técnico interdisciplinar tendo como anexos os relatórios disciplinares. Recomenda-se que ela seja depositada em órgão público, notadamente institutos de patrimônio, e publicada.

É também necessária a produção de documentação de qualidade sobre cada caso, contendo o conhecimento produzido e reproduzido tanto disciplinarmente quanto interdisciplinarmente. Em geral, essa documentação se dá na forma de uma coleção de relatórios técnicos interdisciplinares tendo como anexos os relatórios disciplinares. Recomenda-se que ela seja depositada em órgão público, notadamente institutos de patrimônio, e publicada.

Da alteridade

De modo a atingir sua plenitude, a relação com o patrimônio cultural de uma sociedade – aí incluídos o planejamento e gestão de sua conservação, a produção e implantação de planos de preservação e uso sustentável e a elaboração e execução de projetos de restauração, reabilitação e requalificação – deve ter, tal e qual todos os grandes encontros com um *outro* cultural, duas dimensões: uma *horizontal*, objetiva, dada pelo deslocamento no espaço e no tempo que possibilita a sua realização; e outra *vertical*, subjetiva, dada pelo deslocamento existencial, transcendente, que advém da compreensão desse *outro*. Ou seja, todo encontro, para atingir sua plenitude, deve ser, em essência, um exercício de alteridade (TOFANI, F. 2008, 2019).

Considerações finais

Finalmente, cabe reiterar que a conservação do patrimônio cultural edificado é um processo permanente, que requer a adoção de uma visão em longo prazo, que exige compromisso com os valores democráticos e de sustentabilidade social, econômica e ambiental e, como tal, que demanda investimento ininterrupto na produção e reprodução de conhecimentos, competências e habilidades disciplinares e interdisciplinares próprios à sua temática e, em específico, para o planejamento e a gestão da preservação e uso sustentável, para a compreensão das comunidades depositárias e suas dimensões e demandas socioeconômicas e para a produção, a análise e a crítica de projetos e obras de restauração, reabilitação e requalificação de bens culturais edificados.

Referências Bibliográficas

BOITO, Camillo. *Os restauradores*. Cotia: Ateliê Editorial, 2008.

BRANDI, Cesare. *Teoria da restauração*. Cotia: Ateliê Editorial, 2008.

CHOAY, Françoise. *A alegoria do patrimônio*. São Paulo: Editora UNESP, 2001.

DVOŘÁK, Max. *Catecismo da Preservação de Monumentos*. Cotia: Ateliê Editorial, 2008.

FERNANDES, Fátima; CANNATÁ, Michelle. *Territórios reabilitados: Revamped Landscape*. Casal de Cambra, Portugal: Caleidoscópio, 2009.

FIRMINO, Nicolau. *Dicionário Latino Português*. São Paulo: Melhoramentos, 1950c.

GIOVANNONI, Gustavo. *Gustavo Giovannoni: Textos Escolhidos*. Cotia: Ateliê Editorial, 2017.

MOSTAEDI, Arian. *Nuevo diseño en rehabilitación de edificios*. Barcelona: Carles Broto i Josep Ma Minguet, 2001.

MUÑOZ VIÑAS, Salvador. *Teoria Contemporanea de la Restauración*. Madri: Editorial Sintesis, 2004.

RIEGL, Alois. *O Culto moderno dos monumentos: a sua essência e a sua origem*. São Paulo: Editora Perspectiva, 2014.

RUFINONI, Manoela Rossinetti; KÜHL, Beatriz Mugayar. *Preservação e restauro urbano: intervenções em sítios históricos industriais*. São Paulo: Fap-Unifesp: EDUSP, 2013.

RUSKIN, John. *A lâmpada da memória*. Cotia: Ateliê Editorial, 2008.

SOLÁ-MORALES, Ignasi de. *Intervenciones*. Barcelona: Gustavo Gili, 2006.

TOFANI, Frederico de Paula. *Os Desafios do Desenvolvimento Turístico Sustentável em Comunidades Tradicionais Frágeis*. In: *Topos – Revista de Arquitetura e Urbanismo*, Belo Horizonte: Núcleo de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Escola de Arquitetura da UFMG, v.1, n.2, janeiro/junho, p.13-25, 2004.

_____. *Sertão: é Dentro da Gente – Um Breve Ensaio sobre o Olhar, o Deserto e a Geografia*. In: *Boletim Mineiro de Geografia*, Belo Horizonte: Associação dos Geógrafos Brasileiros, a.8, n.13, p.175-195, julho de 2005.

_____. *Erejakasó piâng? As Culturas Sambaquieira, Aratu, Tupiguarani e Portuguesa e a Produção do Espaço do Extremo Sul da Bahia, Brasil*. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2008, 494 p. (Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em Geografia).

_____. *Restauração, Reabilitação e Requalificação do Patrimônio Cultural Edificado: Teorias e Práticas Contemporâneas*. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2019. 645 p. (Material didático da disciplina, Programa de Pós-Graduação em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável).

TOFANI, Márcia Campos Moreira. *Reabilitação e Requalificação do Patrimônio Edificado: A Busca por Preservação e Uso Sustentável*. In: *Seminário de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação*, 3º, 2018, Belo Horizonte. Anais... v.2, n.2, Belo Horizonte: UFMG, 2018.

UFFELEN, Chris van. *Re-use architecture*. Salenstein: Braun, 2011.

VIOLLET-LE-DUC, Eugène-Emmanuel. *Restauração*. Cotia: Ateliê Editorial, 2000.